

O Problema da Moral no Sistema Cosmológico/Soteriológico Necessitarista Maniqueísta

The problem of morality in the Manichaeian cosmological and soteriologic system

Marcos Roberto NUNES COSTA¹

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
marcosc@unicap.br

Resumo

O maniqueísmo fundamenta-se na afirmação de dois princípios ontológicos originantes do mundo: o Bem ou a Luz, representado no sol, e o Mal ou as Trevas, personificado na matéria. Desse dualismo ontológico, deriva a idéia de que o homem não é responsável pelo mal que pratica, mas esse é culpa de sua natureza má, ou o mal está inerente à sua natureza corpórea. Daí que, a rigor, não existe mal moral no maniqueísmo, mas apenas mal natural. Entretanto, paradoxalmente, esse fala de uma Moral do dever, através da qual a parte boa do homem (a alma) deve lutar para libertar-se das amarras da matéria (o corpo), mediante uma rigorosa vida ascética, concretizada na observância dos três mandamentos chamados de três selos: o selo da boca, das mãos e dos seios.

Palavras-chave: Maniqueísmo, Moral, Dualismo, Bem e Mal.

¹ Professor de Filosofia Patrístico/Medieval da UNICAP e do INSAF – Recife - Brasil, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Antiga e Medieval – GEPFAM/UNICAP/CNPq, Presidente da Comissão Brasileira de Filosofia Medieval – CBFM.

Abstract

Manicheism is founded in two world originating ontological principles: Good or Light, presented by the sun and Evil or Darkness, personified in the matter. From this ontological dualism proceeds the idea which man is not responsible to the evil he practices according to, but this-one (evil) is to be blamed to his bad nature, in other words evil is inherent to his corporal nature. Hence, strictly speaking, there is no real evil in manicheism, but only natural evil. However, paradoxally, manicheism refers to a duty Moral, which through the man good part (the soul) must struggle in order to be liberated from matter's bonds (the body), through an ascetical rigorous life, materialized in three commandments observance, the so called three seals: mouth, hands and breast seals.

Keywords: Manicheism, Moral, Dualism, Good and Evil.

1. A moral como derivação do sistema cosmológico/soteriológico dualista

Um ponto de fundamental importância no maniqueísmo é a maneira como enfrenta as questões morais, ou como procura resolver o problema do mal moral no homem

Ali, por afirmar um sistema ontológico dualista, as pessoas acreditavam ter encontrado uma resposta para o problema do mal moral no homem, posto que nesta acreditava-se com intensidade que o homem não era totalmente livre, pois uma de suas partes, o corpo ou a matéria, era ontologicamente má, sendo o homem deterministicamente condenado a praticar o mal, conforme diz santo Agostinho, em uma de suas obras antimaniquias, o *Sobre as Duas Almas, Contra os Maniqueus*, ao narrar a sua condição enquanto fora maniqueu:

Acreditava eu que minha liberdade somente poderia se identificar com uma parte de mim mesmo, a minha alma boa. A outra, a maior parte de mim mesmo, era totalmente estrangeira a este oásis da pureza. A febre de minhas paixões, minhas cóleras, minha sexualidade, meu corpo fonte de corrupção, e, tudo mais, pertence ao universo onde prolifera a natureza má (*De duab. an. contra man.*, I, 1)².

Os maniqueus acreditavam que no homem há uma alma ontologicamente boa, um “eu original”, consubstancial com Deus ou o Bem, mas que na sua fusão com o

² Ou no *Contra Fortunato Maniqueu*, I, 21: “Fortunato: Nós afirmamos que uma natureza contrária força a alma a pecar”. Sobre os motivos que levaram Agostinho a abraçar o maniqueísmo por cerca de nove anos e a rejeitá-lo e criticá-lo, maistar, depois de convertido ao cristianismo, ver nossas obras: COSTA, 1999, 215 p. e COSTA, 2003, 429 p.

corpo, se vê envenenada por tendências perversas, passando a ser uma alma má, um “eu demoníaco”, uma “consciência sombria” ou uma “inteligência obscura”, conforme deixa claro Agostinho no início de sua obra, *Sobre a Verdadeira Religião*:

Este opúsculo, porém, vai mui principalmente dirigido contra aqueles (maniqueus) que admitem duas naturezas ou substâncias a lutarem entre si. Pelo fato de certas coisas trazerem infortúnio, e outras produzirem deleite, querem eles que Deus seja o autor não do que os aborrece, mas somente do que lhes agrada. Escravizados por seus costumes e prisioneiros dos laços carnis, sustentam que no mesmo corpo habita duas almas: uma divina que, naturalmente, é como Deus, e outra oriunda da raça das trevas, a qual não foi criada por Deus. Ele não a produziu nem a repeliu. Essa alma, porém, mantém sua própria vida, sua terra, suas produções e animais. Enfim, possui seu reino e um princípio coeterno (*De vera rel.*, I, 9, 16).

Assim sendo, o ponto de partida para o pecado é, pois, a mescla do bem e do mal, de que a alma boa não é responsável, pois a esse nível está subordinada a necessidade. O pecado é conatural à alma em sua situação carnal. Ou seja, o mal é algo natural e não moral, daí dizer o comentador Carlo Terzi, que “o mal moral no sistema maniqueu não podia encontrar explicação, porque toda realidade espiritual era entendida materialisticamente”³, ou seja, o mal moral, ou o pecado propriamente dito não existe no maniqueísmo, já que não existe a responsabilidade ou culpa pessoal, mas só o mal físico ou cósmico.

O que significa que o problema do mal no maniqueísmo situava-se no nível ontológico-cosmológico-materialista totalmente determinístico.

Portanto, para o homem maniqueu, o mal que ele praticava, não era responsabilidade sua, ou fruto de sua livre escolha, mas algo involuntário e inevitável, visto estar deterministicamente marcado pela parte má de sua natureza humana – a matéria, ou que o mal estava inerente em sua natureza corpórea, conforme diz Santo Agostinho, nas *Confissões*:

Eu acreditava, com efeito, que não somos nós que pecamos, mas tão somente aquela outra natureza que pecava em nós (*Conf.*, V, 10, 18.)⁴.

Isto tranqüilizava o jovem maniqueu Agostinho diante de seus próprios pecados:

³ TERZI, 1937, p. 12. Igualmente, diz SCIUTO, 2000, p. 64: “De fato é muito problemático falar de responsabilidade moral, a propósito de mitos que narram catástroficamente os eventos humanos e cósmicos, nos quais Deus mesmo é vítima”.

⁴ A esse respeito, diz PUECH, 1995, p. 58-9: “O pecado é antes de tudo o resultado da inerência da alma na ‘mistura’: a existência – podemos dizer – é pecado por si mesma. A alma não é por si mesma pecadora e no fundo não é responsável pelo pecado: não sucumbe por sua própria vontade, mas a isso é induzida pela mistura com a carne”.

A minha alma soberba deleitava-se com não ter as responsabilidades da culpa. Quando procedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que Vos tinha ofendido, mas gostava de desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu (*Conf.*, V, 10, 18).

Assim, a moral individual estava perfeitamente enquadrada dentro do sistema cosmológico como um todo, pois, do mesmo modo que no universo físico, o mal presente no homem não estava relacionado a Deus que, na sua natureza, é bom, mas a um princípio ontológico independente – o Reino das Trevas ou a matéria – tão poderoso quando Deus, que impregnou e continua presente no universo, conforme diz Santo Agostinho:

Porque a minha piedade, como quer que ela fosse, me obrigava a crer que a bondade de Deus não criou nenhuma natureza má, estabelecia eu duas substâncias opostas a si mesmas, ambas infinitas: a do mal mais diminuta e a do bem mais extensa. Deste princípio pestilencial provinha as restantes blasfêmias (*Conf.*, V, 10, 20).

Portanto, o maniqueísmo satisfazia o coração religioso daqueles que acreditavam ser Deus o autor unicamente do Bem.

Nessa concepção determinista, o homem, ou mais especificamente a alma boa do homem, é apresentado como um elemento passivo e sujeito a ser corrompido pelo mal, essa força ativa, poderosa, que ameaça a sua paz e o torna prisioneiro de seu reino.

Entretanto, o maniqueísmo colocava o homem diante de um dilema: de um lado, a sua alma boa, ou a parcela da Luz presente ou presa à matéria, enquanto elemento passivo, sujeitava-se deterministicamente à força do mal, o que era bastante cômodo para o sistema, uma vez que se tinha a quem atribuir a causa dos males morais praticados pelo homem. Nesse caso, o homem não era culpado pelo mal que praticava, mas tal responsabilidade recaía sobre o princípio ontológico do mal. Por outro lado, paradoxalmente, o maniqueísmo pregava que essa mesma alma, poderia libertar-se das amarras do mal e alcançar o Reino da Luz, mediante um processo de autoconsciência, ou autodesalienação, pelo qual o espírito adormecido e obscurecido no interior da matéria toma consciência de si, despertando no homem o desejo de salvação.

Entretanto, Puech chama a atenção de que não se trata de livre-arbítrio, pois a alma não tem a liberdade de escolher entre o bem e o mal, antes, pelo contrário, como ela é intrinsecamente boa, tende necessariamente ao bem. Se está ontologicamente (desde o primeiro tempo) misturada com a matéria não é por um ato voluntário, mas por acidente:

De fato, os maniqueus não concebem a liberdade como uma *capacidade* da alma, mas

como um *estado*, que é dado ou não [...]. Abandonada, submersa e dominada pela mistura, torna-se má; ajudada a retornar a si mesma, essa não pode senão seguir a via da Luz. Assim o problema da salvação não é tanto questão de escolha e de vontade quanto de força: iluminada pelo *Nous*, a alma resiste às Trevas; sem esse, ofuscada, tendo perdido a consciência e o conhecimento, sucumbe nelas. Desse modo fica claro que no fundo a salvação não é uma coisa que o homem alcança por si só, visto que a mesma vontade de ser salva resulta da presença na alma daquela ‘aspiração à vida’, que o *Nous* suscita ou leva consigo [...]. Considerada nessa perspectiva, a união da alma e do *Nous* seria interpretada, teoricamente, como um estado natural ou como um estado de graça⁵.

Nesse processo de libertação ou de autodesalienação, dois elementos são fundamentais: primeiro, uma resposta por parte do homem – o *Sôtme*, ao chamado – o *Tôchme*, ou a gnose revelada pelos profetas enviados pelo Pai da Grandeza, dentre eles Buda, Zoroastro, Jesus e, sobretudo, Mani, o Parácleto. Isso significava uma total adesão ao maniqueísmo, única e última religião capaz de trazer a verdadeira salvação. Assim, pela adesão à verdade gnóstica, ou à ciência da religião, o homem conhece, ou melhor, reconhece o que ele é, de onde veio, onde se encontra e por que meios pode escapar da sua situação presente e voltar à sua situação original, voltando a ser o que era antes. Uma espécie de ‘memorização’; uma volta da alma à sua natureza original e, portanto, a si mesma; volta que, ao devolver-lhe a memória de seu passado, restabelece o seu estado de lucidez e luminosidade. E assim, ao adquirir consciência e conhecimento de si mesma, ao reencontrar-se a si mesma e em si mesma, a alma se aparta automaticamente do que não é ela, do que lhe é estranho, quer dizer, da matéria, ou da carne: ou há uma separação entre ela e o Mal. A alma toma consciência de seus deveres e poderes: sabe que, sendo em si boa, não é origem do mal e pode resistir a ele, que tem a capacidade de não cometê-lo e de triunfar sobre ele. É o que nos Polotsky, narrando a gnose maniqueia:

O homem no interior de tal ordem cósmica tem o dever particular de colaborar ativamente para conseguir este objetivo. Em virtude do *Nous* a ele enviado por Deus, através do qual ele se distingue do resto das criaturas, ele deve vir a tomar consciência da mistura, reconhecer o sentido da ordem cósmica e conseqüentemente plasmar o seu estilo de vida, a fim de que qualquer danação da luz seja evitada e seja promovida a sua libertação da mistura com as trevas. Se ele cumprir isto de modo completo, a separação dos dois Princípios se cumprirá na sua pessoa imediatamente depois da morte: a morte corporal significará para ele libertação, a verdadeira vida, o retorno à casa da luz que estava prisioneira no seu corpo⁶.

E aqui os maniqueus passam a falar do mal de culpa, que consiste em resistir à

⁵ PUECH, 1995, p. 77.

⁶ POLOTSKY, 1996, p. 3.

mensagem de salvação pregada pelo Parácleto Mani. Esse é, segundo Puech,

o *pecado intelectual*, que resulta do ‘desconhecer a Verdade’, no ‘não confessar a dualidade universal’; em suma, o recusar e o resistir ao *Nous*. O mal é *agnosia*, a salvação é *gnosis*⁷.

Por conta disso, ou pela admissão do pecado de culpa ou intelectual – *agnosia* –, os maniqueus introduzem no seu sistema a prática da confissão dos pecados e, conseqüentemente, do castigo, chegando, inclusive, a expulsar do seu seio os pecadores reincidentes, conforme veremos mais adiante.

Mas, (segundo) além da adesão ou resposta à gnose, para conseguir a autolibertação da alma, a moral maniquéia exigia, também, um outro elemento: uma rigorosa vida ascética por parte de seus adeptos, principalmente por parte daqueles que formavam a sua hierarquia – os religiosos (os “eleitos” ou “santos”). Por ele, pensava-se afastar o homem do mundo material e com isso enfraquecer as amarras do corpo e libertar a alma às coisas mais elevadas, conforme afirma J. P. Asmussen:

Deste ponto de vista, a vida da comunidade maniquéia está centrada neste ponto cardinal: libertar a Luz que se acha presa na matéria; tudo se julga desta perspectiva. Qualquer obra que facilite esta ação será boa, e quando signifique um obstáculo, será má⁸.

Ou seja,

cada vez que se comete um pecado, não só a redenção do homem, senão também a libertação de Deus ou da Luz se atrasa. Sua condição de *salvandus*, de quem necessita ser liberto, prolonga-se⁹.

Ao contrário, quando fugimos dos pecados, estamos contribuindo para libertação das partículas de luz decaídas na matéria. Esse é o índice que orienta o culto, ao mesmo tempo que constituía a base da moral. Ou seja, a moral maniquéia faz parte do processo de libertação do Salvador, que se caracteriza pela separação dos dois reinos – a Luz e as Trevas, revelada a Mani.

Encontramos uma amostra do que vem a ser essa moral ascética maniquéia no

⁷ PUECH, 1995, p. 60.

⁸ ASMUSSEN, 1973, p. 576-77. Igualmente, diz HAARDT, 1984, p. 421: “A missão soteriológica da Igreja maniquéia consiste em cooperar no processo de redenção universal pela separação da luz das trevas. Essa libertação da luz, mesclada na natureza da *hylê*, e sobretudo no homem, exige do maniqueu uma atitude de rigorosa renúncia que, por sua parte, proíbe toda contaminação da alma por meio da *hylê*”.

⁹ ASMUSSEN, 1973, p. 563.

Sobre os Costumes da Igreja Católica e os Costumes dos Maniqueus, de Agostinho, onde este, indiretamente, ao refutar os princípios morais da seita, dá-nos uma amostra do que constituía a moral maniqueísta, a qual está assentada sobre cinco mandamentos:

- a) “dizer sempre a verdade – ou não mentir” – Esse mandamento tinha como objetivo a defesa da verdade, coibindo assim a mentira em todos os sentidos, mas, principalmente em relação à profissão de fé. O maniqueu não deveria professar nenhuma outra verdade senão aquela que foi revelada por Mani, o Paráclito, considerada como a única verdade digna de fé. Todas e quaisquer manifestações de fé que fossem contrárias às verdades reveladas por Mani eram consideradas falsas e, portanto, mentira. Assim sendo, o primeiro mandamento tinha como objetivo fixar o homem na verdadeira fé, garantindo assim a sua salvação;
- b) “a não-violência – ou não matar” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo das mãos”;
- c) “comportamento religioso – ou ser puro” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo dos seios”;
- d) “pureza da boca – ou não comer carne e ingerir bebida alcoólica” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo da boca”;
- e) “bem aventurança – ou pobreza bem aventurada” – Esse último mandamento colocava a pobreza como condição da beatitude. Ao proibir o religioso de possuir qualquer bem, o mandamento fazia do Eleito um homem despojado, inteiramente livre para dedicar-se à pregação e à oração ou contemplação, condição indispensável à beatitude no sentido evangélico¹⁰.

Portanto, pela prática dos cinco mandamentos o maniqueu tornava-se reto, não-violento, casto, abstinente e pobre, e com isso alcançava a vida feliz prometida por Mani. E tais mandamentos se concretizavam na observância das três regras chamadas no maniqueísmo de três selos ou marcas (*signacula*), são elas: “*signaculum oris, manuum et sinus* – diz Santo Agostinho” (*De mor. Eccl. cath. et mor. man.*, II, 10, 19), ou seja, o selo ou marca da boca, das mãos e dos seios.

2. As três regras ou marcas

Considerando-se que, para o maniqueísmo, além do corpo que aprisiona a alma, o mundo exterior é um convite ou uma tentação à continuidade desse estado decaído, para eles, em cada um de nossos gestos e atos corremos o perigo de nos man-

¹⁰ Cf. TARDIEU, [s.d], p. 96-100.

termos cada vez mais no mundo das Trevas. Com isso, o cumprimento da *Signacula* tinha um duplo objetivo. Primeiro, libertar a alma humana das amarras do corpo e, segundo, libertar as centelhas da Luz presas na matéria do universo como um todo, ou seja, a moral maniqueia, revelada por Mani, enquadrava-se dentro do plano de libertação do Salvador. Por ela, o Salvador estaria, ao mesmo tempo, libertando a alma, ou as partículas da Luz e libertando-se a si mesmo, uma vez que estas não são senão partículas do Salvador presas à matéria.

Por isso a moral maniqueia exigia uma rigorosa vida ascética por parte de seus adeptos, principalmente das classes mais elevadas hierarquicamente, às quais se costuma chamar simplesmente de “eleitos” ou “santos”, para livrar o homem do pecado, pois, caso contrário, “cada vez que o homem peca, não só sua redenção, senão também a libertação de Deus ou da Luz se atrasa. Sua condição de ‘*Salvator Salvatus*’ se prolonga”¹¹.

2.1 A marca ou selo da boca

Pela primeira marca – o selo da boca (*signaculum oris*)¹², exigia-se dos adeptos da seita dois tipos de sacrifícios ou preceitos: primeiro, um autopolicimento para não proferir qualquer palavra nociva: blasfêmias, mentiras, pornografias e outras, conforme atesta Santo Agostinho:

É próprio do selo da boca a abstenção de toda blasfêmia, que consiste em falar mal dos bons; e daqui a opinião geralmente admitida de que a blasfêmia são palavras más contra Deus; porque da bondade dos homens se pode duvidar, já com relação a de Deus nunca (*De mor. Eccl. cath. et mor. man.*, II, 11, 20).

Para eles, a boca do maniqueu devia estar destinada a proclamar e louvar o salvador, ou melhor, louvar o verdadeiro salvador – Mani, o Paracleto. Por esse primeiro preceito, o maniqueu cumpria o primeiro mandamento, a saber: “dizer sempre a verdade – ou não mentir”.

Quanto ao segundo preceito, encontramos um paradoxo: por um lado, o adepto devia cumprir uma série de prescrições alimentares, principalmente abster-se de vegetais pesados, carnes, vinho e outras bebidas alcólicas, conforme informa Santo Agostinho:

¹¹ ASMUSSEN, 1973, p. 563.

¹² Agostinho dedicará os capítulos XI a XVI, do Livro II, do *Sobre os Costumes da Igreja Católica e os Costumes dos Maniqueus*, para refutar a falsa abstinência maniqueia decorrente do selo ou marca da boca. Bem como o capítulo 45 do *Sobre a Natureza do Bem*, o capítulo 22 do *Contra Secundino Maniqueu* e o Livro VI do *Contra Fausto Maniqueu*.

Ainda pode ser que continues crendo que sua grandeza e beleza consista unicamente na abstenção de carnes e vinhos (*De mor. Eccl. cath. et mor. man.*, II, 13, 27).

E Agostinho explica as razões de tais práticas (não comer carne, alimentos pesados e ingerir vinho), quando diz:

É preciso, antes de tudo, conhecer a razão desta supersticiosa abstinência, a qual está concebida nos seguintes termos: uma parte de Deus se mesclou com a substância do mal para refrear e reprimir seu sumo-furor (são palavras de vosso doutor); e da mescla de ambos, a do bem e a do mal, está formado o mundo. Mas a parte divina tende sem cessar a purificar-se de toda a substância do mundo e a remontar-se à sua própria esfera; mas em sua saída da terra e tendência até o céu se precipita nas árvores, cujas raízes radicam na terra, e assim fecundada e vigorada é causa do desenvolvimento de toda classe de ervas e arbustos. Destes se nutrem os animais, que, ao juntar-se, atam a carne àquela partícula divina (*De mor. Eccl. cath. et mor. man.*, II, 15, 36)¹³.

Por conta disso, os eleitos deviam viver num jejum contínuo – “o jejum dos santos”, com apenas duas refeições cotidianas, à base de pão e vegetais leves – legumes e frutos, que contêm poucas partículas luminosas presas à matéria.

Por esse preceito, os maniqueus pensavam cumprir o quarto mandamento, a saber: “pureza da boca – ou não comer carne e ingerir bebidas alcólicas”.

De outro lado, os maniqueus acreditavam que os eleitos ou santos tinham o poder de purificar os alimentos que ingeriam. As partículas da Luz presas aos alimentos seriam liberadas pelo corpo dos eleitos, conforme narra Santo Agostinho:

Dizem que aquela parte da natureza de Deus que se mistura [...], quando os eleitos, ou santos, tomam como alimento e bebida em sustento do seu corpo, pela virtude de sua santidade, ela separa-se, determina-se e liberta-se (*De nat. boni*, I, 45).

Ou ainda:

Segundo vossa fábula, Cristo é oferecido em todos os alimentos, prisioneiro neles, para que, por sua vez, caia prisioneiros em vossas vísceras e seja libertado com vossos arroto (*Contra Faust. man.*, XX, 13).

E ainda, nas *Confissões*:

Aqueles a quem chamam Santos, levávamos alimentos com os quais, na oficina de suas

¹³ Igualmente PUECH, 1995, p. 70, diz: “O pecado penetra no homem com o alimento absorvido, e temos visto que, no caso da alimentação a base de carne, esta se retém na alma, induzindo-a à fornicção”.

panças, eles deviam fabricar para nós, anjos e deuses, para nos libertarem (*Conf.*, IV, 1,1)¹⁴.

Ao que ironiza Agostinho:

Ditosas hortaliças, as que arrancadas com a mão, cortadas com machadinhas, atormentadas com o fogo e trituradas com os dentes, se lhes concedeu chegar vivas ao altar de vosso intestino! (*Conf.*, VI, 6.)

Daí “a recomendação de comer preferencialmente vegetais crus para não fazer evaporar com a fumaça os sucos luminosos”¹⁵, ou seja, as partículas de luz presas à matéria, mas antes sejam as mesmas ingeridas e libertas pelos eleitos.

Por conta disso, apesar de impor um rigoroso jejum aos eleitos, era proibido o suicídio por inanição (greve de fome)¹⁶, mesmo sendo a morte um bem desejado pelos eleitos, visto que, por essa, dava-se a separação ou libertação da alma do corpo e, conseqüentemente, a sua união final com Deus. O eleito precisava viver,

e viver – singularmente para os ‘Perfeitos’ – significava trabalhar não somente pela própria salvação, mas também, ou ao mesmo tempo, pela salvação da substância divina dispersa na matéria¹⁷.

2.2 A marca ou selo das mãos

Já o segundo mandamento, a marca das mãos (*signaculum manuum*)¹⁸,

interdiz ao religioso todo e qualquer ato de violência susceptível de ferir os cinco elementos do Bem (luz, fogo, água, vento e ar) no estado misturado nas criaturas animais ou vegetais e na própria natureza¹⁹.

Os eleitos deviam abster-se de uma série de atos, como matar animais e arran-

¹⁴ A esse respeito, diz RIES, 1987, p. 1097-8: “Com efeito, graças às frutas e aos legumes preparados pelos auditores, uma partícula da alma vivente penetra no estômago do eleito para ser santificada, purificada, lavada e separada da matéria”. Cf. também, PUECH, 1995, p. 70.

¹⁵ PUECH, 1995, p. 70.

¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 67.

¹⁷ *Ibid.*, p. 67.

¹⁸ Para refutar a moral ascética decorrente do selo ou marca das mãos dos maniqueus, Agostinho dedica o capítulo XVII, Livro II, do *Sobre os Costumes da Igreja Católica e os Costumes dos Maniqueus*. Bem como o capítulo 22 do *Contra Secundino Maniqueu*, o *Contra Adimanto Maniqueu*, I, 14, e o Livro VI do *Contra Fausto Maniqueu*.

¹⁹ TARDIEU, [s.d], p. 96.

car ou cortar árvores, trabalhar a terra e sujar as águas. Pois, para os maniqueus, toda natureza está cheia de partículas da Luz que esperam pela sua libertação; estas formam em conjunto uma imensa cruz de luz lançada sobre o mundo, que perpetua o sofrimento de Jesus (*Jesus Partibilis*). Portanto, destruir quaisquer dos seres corporais do universo é o mesmo que atingir as partículas de luz presas a eles, ou atingir a cruz da luz e Jesus. Os maniqueus levavam tão a sério essa concepção que, para eles, por exemplo, o figo chora quando é arrancado, a terra sofre quando é arada, conforme diz Santo Agostinho:

Pouco a pouco, insensivelmente, cheguei à extravagância de crer que um figo, ao ser colhido, chorava, juntamente à mãe, a figueira, lágrimas de leite! Mas se algum ‘santo’ comesse o figo, criminosamente colhido não por ele mas outrem, misturado-o nas suas entranhas, arrotando e gemendo entre orações, exalaria anjos e até partículas de Deus! Essas partículas do soberano e verdadeiro Deus ficavam presas no fruto, a não ser que fossem libertadas pelos dentes e estômago de um ‘eleito’. Pobre de mim! Julgava que aos frutos da terra se devia mais piedade do que aos homens para quem o solo os produz (*Conf.*, III, 10, 18).

Para os maniqueus, matar os animais ou trabalhar a terra é um crime²⁰, pois significava destruir as partículas da Luz prisioneira na matéria, um atentado contra o Jesus Cósmico ou o Jesus *Partibilis*, presente na natureza. Por conta disso, aos religiosos era vedada toda e qualquer forma de trabalho. Eles deviam viver do trabalho dos laicos²¹.

Por esse preceito, os maniqueus pensavam cumprir o segundo mandamento, a saber: “não-violência – ou não matar”.

Como extensão desse segundo mandamento, por ser privado aos religiosos todo e qualquer trabalho, a estes era proibida a posse de quaisquer bens ou propriedades. Os religiosos deveriam viver unicamente de doações e favores dos laicos, conforme diz Polotsky:

Os eleitos deveriam renunciar totalmente ao mundo e viver exclusivamente da religião; esses não podiam ter uma residência estável, mas deviam vagar continuamente no mundo, predicando; são obrigados à pobreza e não podem possuir mais que o nutrimento de um dia e vestimenta de um ano²².

²⁰ O comentador TARDIEU, [s.d], p. 97, diz que os maniqueus levavam tão a sério os selos das mãos, que os religiosos deveriam ter o cuidado de não ofender até uma pequena quantidade de matéria, por pequena que fosse, como, por exemplo, um floco de neve, um pingo de orvalho, bem como não matar nenhum animal, por pequeno que fosse, como, uma formiga ou uma pulga.

²¹ Cf. RIES, 1987, p. 1098: “O selo das mãos impõe respeito à Cruz da Luz. Para não ferir a *Jesus Partibilis*, os eleitos não colhem frutos das árvores, nem arrancam nenhuma planta e, à semelhança dos monges budistas, não caminham sobre a vegetação”.

²² Cf. POLOTSKY, 1996, p. 65.

Com isso, os maniqueus esperavam cumprir o quinto mandamento, a saber: “bem aventurança” ou “pobreza bem aventurada”. É claro que nem todos cumpriam, ao pé da letra, tal princípio. No *Contra Fausto Maniqueu*, por exemplo, Santo Agostinho acusa o bispo Fausto de enganar os ouvintes, apresentando-se como pobre, quando, na realidade, não era, ao dizer ironicamente:

Tu te atreves a dizer que não levas dinheiro na cinta. Talvez digas a verdade porque não tenhas metais de valor em vossa cinta, mas sim ouro nos cofres e maletas (*Contra Faust. man.*, V, 5.).

2.3 A marca ou selo dos seios

Por fim, a terceira regra – o selo dos seios (*signaculum sinus*)²³, caracteriza-se por uma total continência a todos os prazeres naturais, principalmente os sexuais e de outras naturezas, visto ser a libido ou concupiscência o pior de todos os males para os maniqueus, conforme explica Puech:

Uma vez que a ‘concupiscência’, a *libido*, é a expressão extrema e mais temível da Matéria, dessa nasce o pecado capital: a fornicação. E quem aspira a recuperar a pureza do seu ser ou a manter-se nessa deve em primeiro lugar fugir das tentações e dos gozos carnis²⁴.

Por conta disso, os maniqueus pregavam uma condenação radical à procriação ou geração de toda e qualquer espécie, inclusive do próprio homem, por parte da classe dos “eleitos” ou religiosos. Conseqüentemente, aos religiosos não era permitido casar-se e procriar, uma vez que isso significava a reprodução de almas contaminadas e presas à matéria ou retardamento da libertação definitiva das partículas luminosas encarceradas nos corpos vivos, conforme narra Vannini:

A geração humana, a procriação, são, por isso, vistas pelo maniqueísmo como o pecado por excelência. No momento em que cada criança vem ao mundo prolonga-se a prisão de um determinado número de partículas da luz, concentradas no esperma²⁵.

²³ Para refutar a moral ascética decorrente do selo ou marca do seio dos maniqueus, Agostinho dedica o capítulo XVIII, do Livro II, do *Sobre os Costumes da Igreja católica e os Costumes dos Maniqueus*. Bem como os capítulos 21 e 22 do *Contra Secundino Maniqueu*, o *Contra Félix Maniqueu*, I, 7 - 8 e o Livro VI do *Contra Fausto Maniqueu*.

²⁴ PUECH, 1995, p. 63.

²⁵ VANNINI, 1989, p. 22. Igualmente, PUECH, 1995, p. 63: “Os atos sexuais produzem como resultado a propagação da espécie, a transmissão do Mal original [...]. Em suma, a sexualidade constitui o mais grave obstáculo à redenção da humanidade, a que essa retarda ou impede”.

Já aos “auditores” ou catecúmenos, segundo Puech, por não fazerem parte da hierarquia ou não terem alcançado ainda o grau da perfeição, era permitido casar e ter filhos:

Tais preceitos eram obrigatórios para as classes hierárquicas, já os auditores eram livres para fazer atividades profanas: para possuir, edificar, semear, colher, ser agricultor, artesão ou comerciante, casar-se ou viver com uma concubina e ter filho²⁶.

Entre estes esteve Santo Agostinho por cerca de nove anos, na sua juventude, antes da conversão ao cristianismo.

Pelo cumprimento dessa terceira regra ou selo, os maniqueus pensavam cumprir o terceiro mandamento, a saber: “comportamento religioso – ou ser puro”.

Por essa moral ascética, ou pelo cumprimento rigoroso das proibições das três marcas ou selos, os adeptos do maniqueísmo, principalmente os eleitos, esperavam sacrificar ou purificar o corpo, e com isso contribuir para o processo de libertação das parcelas da Luz presas às amarras da matéria. Para eles, viver significava antes de tudo trabalhar até à morte pela libertação da substância divina presa à matéria.

É claro que nem sempre os eleitos cumpriam ao pé da letra tais preceitos, que eram, segundo Agostinho, mais princípios a serem seguidos do que praticados na realidade. No *Sobre os Costumes da Igreja Católica e os Costumes dos Maniqueus*, Agostinho dedica o último livro, intitulado “Os Crimes dos Maniqueus Descobertos Também em Roma”, para relatar os pecados ou erros dos maniqueus vistos por ele, durante os tempos em que fora maniqueu, e, dentre outras coisas, diz:

Durante os nove anos íntegros que ouvi as explicações de vossa doutrina com grande vigilância e assiduidade, não pude conhecer nem um só de vossos eleitos que, do ponto de vista de vossos preceitos, não tenha sido surpreendido em pecados e não haja dado o que suspeitar. Ouvimos que muitos se davam ao vinho e à carne e aos prazeres do banho; e a outros se lhes acusou, sem possibilidade de réplica, de corruptores das mulheres do próximo (*De mor. Eccl. cath. et mor. man.*, II, 19, 67).

Em seguida, Agostinho continua com os relatos dos erros. Mais do que foi dito acima, alguns maniqueus chegaram a defender, baseados no *Livro do Tesouro*, de Mani, que, assim como as partículas de luz eram liberadas dos alimentos quando ingeridos pelos eleitos, da mesma forma acontecia pelo ato sexual, conforme denuncia Agostinho no *Sobre a Natureza do Bem*:

²⁶ PUECH, 1990, p. 446. Ver, também, Agostinho no *Contra Fausto Maniqueu*: “Assim vossos ouvintes têm mulheres e filhos, reúnem ou conservam para si patrimônio, comem carne, bebem vinho, se banham em público, colhem uvas, fazem negócios, exercem cargos públicos e, sem embargo, contaís entre os vossos e não entre os gentios”(Contra Faust. man., XX, 23).

Entendem esses infelizes enganados e envenenados pelo erro mortífero, que se é por uma união sexual do masculino com o feminino que se prende a natureza de deus que – confessam – se liberta e purifica pela comida, a necessidade deste erro tão nefasto obriga-os a aceitar que não é apenas pelo pão, pelos legumes e pelos frutos (únicos alimentos que eles parecem tomar), mas é também pela união sexual que libertam e purificam a parte de deus aprisionada quando foi concebida num útero de mulher. Houve quem confessasse e declarasse em juízo público ter cometido tais atos [...]. E quando foram interrogados sob que autoridade da escritura os faziam, citaram o *Tesouro* que há pouco mencionei (*De nat. boni*, I, 47).

Além do cumprimento dos três selos, os eleitos tinham uma segunda obrigação, diretamente relacionada com o ideal maniqueu da gnose: o bom exemplo. Daí serem chamados de “santos” ou “perfeitos”. Por esse bom exemplo, expresso em três palavras ou ações: a palavra copta *nachte*, designando exemplo da fé, e as palavras gregas: *kharis*, a graça da benevolência, e *agápe*, o amor, os eleitos cumpriam o ideal da difusão da mensagem, transformando eles mesmos em sinais vivos da sabedoria.

3. O código moral para os ouvintes ou catecúmenos

Apesar de a regra dos três selos ou marcas ser obrigatória apenas aos religiosos, e de ser permitido aos ouvintes trabalhar, possuir bens, casar etc., isso não significava que estes estivessem totalmente livres de regras. Para eles, existia, também, um código moral, que era cobrado através das confissões, composto de “dez mandamentos”, com o objetivo de inculcar no coração do ouvinte os cinco elementos básicos do “credo” maniqueísta, a saber: a) a profissão de fé; b) a oração; c) a esmola; d) o jejum e, e) a peregrinação. Esse credo refletia sua disposição para com a religião, ou seja, o amor, a fé, o temor a Deus e a sabedoria. Tais mandamentos tinham como objetivo regular a prática dos ouvintes, e consistiam nos seguintes preceitos:

- 1) o primeiro mandamento impõe ao ouvinte a renúncia à idolatria. E uma das idolatrias mais condenadas era fazer de Deus uma forma antropomórfica, o que levaria os maniqueus a não entenderem a mensagem judaico-cristã de que ‘o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus’, e a “*encarnação do Verbo em cristo*”;
- 2) o ouvinte velará pela pureza de sua boca, policiando-se e evitando blasfemar, mentir, perjurar, prestar falsos testemunhos e caluniar;
- 3) não comer carnes e não ingerir bebidas alcóolicas;
- 4) abster-se de quaisquer palavras, gestos ou atos desrespeitosos ou irreverentes;

tes para com os membros da hierarquia da Igreja, “verdadeiros mensageiros de Deus”;

- 5) não praticar o adultério e a poligamia;
- 6) socorrer os aflitos e recusar a avareza;
- 7) não seguir falsos profetas ou impostores, como, por exemplo, os excomulgados e renegados pela Igreja;
- 8) evitar maltratar, ferir, bater, torturar ou matar, sem necessidade, os animais e os vegetais;
- 9) não roubar;
- 10) afastar-se de qualquer tipo de magia ou feitiçaria²⁷.

Além disso, aos ouvintes cabia ajudar no culto e preparar os alimentos para as classes hierárquicas. Através desse contato direto, a permanência dos mesmos na comunidade fraterna da Igreja era garantida. Acreditavam eles que, prestando tais serviços, adquiriam méritos para alcançarem, numa outra encarnação, o grau dos ‘eleitos’, pois os maniqueus criam que,

um eleito, ao morrer, alcançará o paraíso da Luz e um ouvinte ao morrer cai no mundo da matéria, mas podendo renascer no corpo de um eleito e se salvar na nova reencarnação. Já os pecadores estão destinados ao inferno²⁸.

No *Contra Adimanto Maniqueu*, Agostinho diz que os maniqueus defendiam não só a reencarnação no corpo de um homem, mas que esta pudesse ocorrer, também, num animal qualquer:

Como eles se preocupavam demasiadamente com a alma dos animais, pensam que almas racionais de homens se reencarnaram nos animais [...] (*Contra Adim. man.*, I, 12,1).

²⁷ Cf. TARDIEU, [s.d.], p. 102-103. Igualmente, PUECH, 1990, p. 444, que diz: “Aos auditores ou catecúmenos são destinados simplesmente um ‘decálogo’, ou um código de dez mandamentos, que lhes é especificamente apropriado: não viver na idolatria ou magia, não mentir, não ser avarento, não matar, não cometer adultério, não fazer sinal de duplicidade, nem de moleza, nem negligenciar nos exercícios da piedade”.

²⁸ LISSÓN, 1984, p. 869. Igualmente, diz O’MEARA, 1954, p. 97-99: “A escatologia maniqueísta define o destino das três classes de homens: os eleitos, os auditores e os desgraçados. Os eleitos, que podiam ser homens, mulheres e até mesmo crianças, porém pouco numerosos [...], estão destinados, após à morte, a entrarem no Reino de Deus [...]. Após à morte, os auditores não vão diretamente para o reino da Luz, mas percorrem um outro ciclo de existência em um corpo novo. Podendo renascer em um eleito [...]. Quanto aos desgraçados (pecadores), estão perdidos para sempre”. Bem como, HAARDT, 1984, p. 422, diz: “Os ouvintes podem esperar que, no curso da purificação por metempsicose, venham a parar no corpo de um eleito, cuja alma sobe imediatamente depois de sua morte ao reino da luz”.

E continua, ironizando:

Que fazer com tão grande crime, se alguma vez fez castigar ao jumento lento com chitotadas ou ao tirar-lhe o feno, ao descobrir que são animais em quem talvez estejam a alma de seu pai? E por que não dizer que também tenham dado morte a seus pais ao matar as pulgas e piolhos? (*Contra Adim. man.*, I, 12, 2).

É claro que renascer no corpo de um eleito era um ato de muita sorte, pois acreditavam, também, que os ouvintes pudessem ser salvos de uma maneira menos agradável, ao renascer ou reencarnar em vegetais, tais como melões e melancias. Ao serem ingeridos pelos eleitos, seriam purificados, como informa Agostinho ao acusar os eleitos de enganarem os ouvintes, e com isto obrigá-los a trabalharem para eles:

Por que enganais a vossos ouvintes, que servem a vós com suas mulheres, filhos, escravos, casas e campos, dizendo-lhes que quem não abandonar todas essas coisas não receberá o evangelho? Como a eles prometeis não a ressurreição, senão o regresso a essa mortalidade, de modo que voltem a nascer e vivam a vida de vossos eleitos [...]. Ou renascerão como melões e melancias ou qualquer outro alimento, que vós comeis para que haja uma purificação rápida com vossos arrotos [...] (*Contra Faust. man.*, V, 10).

Entretanto, é bom observar que, apesar de Agostinho ter usado aqui a expressão “como a eles prometeis não a ressurreição, senão o regresso a esta mortalidade”, fica bem claro que se trata de reencarnação ou metempsicose e não ressurreição. Entretanto os maniqueus falam, também, em ressurreição, só que, além de ser apenas para os eleitos, esta se diferencia da doutrina católica em um ponto fundamental: a ressurreição maniqueia é apenas da alma, e não de corpo e alma como no catolicismo, conforme denuncia Agostinho:

Vós que afirmais que só tem lugar à ressurreição das almas mediante a pregação da verdade, mas negais que venha a ter lugar para os corpos que predicaram os apóstolos (*Contra Faust. man.*, IV, 2).

Referências

- AGUSTÍN, San. Las dos almas. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), p. 171 - 224.
- _____. Actas del debate con Fortunato. In: *Obras completas des san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1986.

- (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), p. 225 - 378.
- _____. Replic a la carta llamada "Del fundamento". In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), p. 379 - 460.
- _____. Actas del debate con Felix. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), p. 461 - 542.
- _____. Resposta a Secundino. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), p. 543 - 617.
- _____. Contra Fausto. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Pio de Luis. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica/BAC, 1993. vol. XXXI, 834 p.
- _____. Las confesiones. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. Int. y notas de Angel Custodio Vega. 3 ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1955. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. II), 731 p.
- _____. Réplica a Adimanto. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad., introd. y notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXX), 639 p.
- _____. De la naturaleza del bien: contra los maniqueus. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. int. y notas de Mateo Lanseros. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1951. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. III), p. 973-1047.
- _____. De las costumbres de la Iglesia católica y de las costumbres de los maniqueos. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. int. y notas de Teófilo Prieto. ed Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1948. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. IV), p. 235-451.
- _____. De la verdadera religión. In: *Obras completas de san Agustín*. Trad. int. e notas de Victorino Capanaga. ed. Bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1948. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. IV), p. 3-233.
- _____. Contra Fausto. In: *Obras completas de san Agustín*. Ed. bilingüe. Trad., introd. y notas de Pio de Luis. Madrid: La Editorial Católica, 1993. (Biblioteca de Autores Cristianos, vol. XXXI), 834 p.
- ASMUSSEN, Jes P. Maniqueísmo. In: BLEEKER, C. Jouco ; WIDENGREN, Geo (Orgs). *Historia religionum*: manual de historia de las religiones (I): religiones del pasado. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1973. p. 560 - 589.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. *Santo Agostinho: um gênio intelectual a serviço da fé*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. 215 p.
- _____. *O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho*. Porto Alegre: Edipucrs; Recife: UNICAP, 2002. 429 p.

- _____. *Maniqueísmo: história, filosofia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2003. 175 p.
- HAARDT, Robert. Maniqueísmo. In: ALFARO, Juan ; FONDEVILA, José M. (Org.). *Sacramentum mundi: enciclopedia teológica*. Barcelona: Editorial Herber, 1984. Tomo IV, p.
- O'MEARA, John J. *La jeunesse de saint Augustin: son évolution intérieure jusqu' à l'époque de la conversion*. Trad. Jeanne Henri Marrou. Paris: Librairie Plon, 1954. 277 p.
- POLOTSKY, Hans-Jacob. *Il manicheismo: gnosi i salvezza tra Egitto e Cina*. Trad. Claudia Leurini. Rimini : Cerchio Iniziative Editoriali, 1996. p.
- PUECH, Henri-Charles. *Sul manicheismo e altri saggi*. Trad. de Augusto Combra. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1995. 463 p.
- _____. Manichéisme In: *ENCICLOPAEDIA UNIVERSALIS*. Paris: Enciclopedia Universalis France, 1990. Corpus 14. p. 436-446.
- RIES, Julien. Mani - maniqueas - maniqueísmo In: POUPARD, Paul (Org.). *Diccionario de las religiones*. Barcelona: Editorial Herder, 1987. p. 1090-1106.
- SCIUTO, Italo. Se Dio, perché il male? In: PERISSINOTTO, Luigi (Org.). *Agostino e il destino dell'Occidente*. Roma: Carocci Editore, 2000. p. 61 -77
- TARDIEU, Michel. *O maniqueísmo*. Trad. de Antônio M. Magalhães. Porto: Rés Editora, [s.d.]. 156 p.
- TERZI, Carlo. *Il problema del male nella polemica antimanichea di s. Agostino*. Udine: Istituto delle Edizioni Accademiche, 1937. 108 p.
- VANNINI, Marco. *Invito al pensiero di sant'Agostino*. Milano: Mursia Editore, 1989. 200 p.